

TERMO DE COMPROMISSO

GERALDO DIVONEI PEDROSO MERCADO, empreendedor do imóvel abaixo descrito, portador do CNPJ nº 80.862.477/0003-87, representado pelo Sr. GERALDO DIVONEI PEDROSO, portador do RG nº 3597007-3 e CPF nº 493625509-20, de acordo com o contido no Processo 8355/2021 comprometo-me a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços descritos abaixo, necessários a minimização dos impactos decorrentes da implantação de empreendimentos ou atividade no imóvel abaixo citado e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal. Declaro estar ciente de que não serão expedidas licenças e certidões abaixo discriminadas enquanto não restarem concluídas, integralmente, as medidas apontadas no Parecer Final, nos termos do Artigo 11 da Lei Municipal nº 12.447/2016 e no Decreto Municipal nº 12.938 de 24 de abril de 2017.

Declaro, ainda, estar ciente de que o prazo de validade do presente Termo de Compromisso é de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado justificadamente.

IMÓVEL:

Imóvel localizado na Rua Bento Ribeiro nº 1077, bairro Nova Rússia, com Matrícula nº 42.077 e Inscrição Imobiliária nº 08-6-02-24-0332-001.

EMPREENHIMENTO:

Trata-se de uma edificação residencial e comercial, com o total de 19 unidades residenciais e 01 unidade comercial. Ao total são 03 pavimentos e 01 subsolo para estacionamento de condôminos. A atividade comercial desenvolvida pelo empreendimento é o comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (supermercado) e possui área de estacionamento para clientes. Imóvel objeto da Matrícula no 42.077 do 1o Registro de Imóveis Claudia Macedo Kossatz Borba - Ponta Grossa, terreno de área de 6.600,00 m², do lote A, da quadra S, inscrição imobiliária no 08-6-02-24-0332-001, medindo 100m x 66m, constituindo o total de 7.686,92 m² construídos, sendo 1.742,80 m² existentes anteriormente (barracão em alvenaria para fins de Indústria) e 5.944,12 m² construídos efetivamente.

OBRAS E SERVIÇOS:

- 1 A emissão do Alvará de Construção fica condicionada à:**
 - 1.1 A aprovação do EIV deverá estar condicionada ao firmamento do Termo de Compromisso junto à PMPG, através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa;
 - 1.2 Apresentação das pranchas com carimbo de aprovação do EIV;
- 2 Deverá constar na emissão do Alvará de Construção o comprometimento do empreendedor em realizar as seguintes medidas mitigadoras:**
 - 2.1 A lavratura, assinatura e publicação em Diário Oficial do Termo de Compromisso do EIV.
 - 2.2 Instalar 1 faixa elevada na Rua Bento Ribeiro, conforme localização e projeto da AMTT;
 - 2.3 Instalação de 1 parada de ônibus coberta em frente ao empreendimento, conforme projeto da AMTT;
- 3 O condicionamento da manutenção do Alvará de Construção a:**
 - 3.1 Instalação e manutenção de placa informativa, em local visível da obra do empreendimento, contendo informações sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme modelo apresentado pelo IPLAN;

- 3.2 Sinalização das vias de acesso durante a obra com indicação de área de estacionamento, carga e descarga e tráfego de caminhões, conforme consta no EIV;
 - 3.3 Controlar as emissões atmosféricas provenientes de maquinários e equipamentos utilizados pela obra. Devem ser realizadas inspeções visuais por meio do monitoramento da fumaça preta emitida dos escapamentos dos veículos;
 - 3.4 Garantir que os equipamentos e maquinários utilizados na obra estejam em perfeitas condições de uso e com as manutenções em dia.
 - 3.5 Coleta e destinação correta dos resíduos da construção civil;
 - 3.6 Manutenção dos níveis de ruídos conforme legislação;
 - 3.7 Instalar 1 faixa elevada na Rua Bento Ribeiro, conforme localização e projeto da AMTT.
- 4 O condicionamento a emissão do Habite-se a:**
- 4.1 Instalação de 1 parada de ônibus coberta em frente ao empreendimento, conforme projeto da AMTT;
 - 4.2 As medidas e as obras supracitadas serão respectivamente fiscalizadas e recebidas, pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento - SMIP, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Conforme Decreto Municipal no 14.635/2018 (parágrafo único do Art. 10).
- 5 Deve-se ainda observar as seguintes Leis e Decretos Municipais:**
- 5.1 Lei Municipal 13.945/2021 e ao Decreto 19.000/2021. Quanto a obrigatoriedade do plantio de árvores nos passeios;
 - 5.2 Decreto Municipal 10.994/16. Elaborar e submeter a aprovação da SMMA, na fase de obtenção da Licença Ambiental, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Plano de Gerenciamento da Construção Civil;
- 6 Como forma de divulgar o cumprimento da Lei Municipal relacionada ao Estudo de Impacto de Vizinhança e a preocupação dos empreendedores com o impacto gerado no entorno e o bem-estar da população vizinha deve-se:**
- 6.1 Instalação e manutenção de placa informativa, em local visível da obra do empreendimento, contendo informações sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme modelo apresentado pelo IPLAN;
 - 6.2 Instalação e manutenção de placa informativa, em local visível da obra referente à medida compensatória, contendo informações sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme modelo apresentado pelo IPLAN.
- 7 Da Legislação Anticorrupção e de Improbidade Administrativa**
- 7.1 As Partes declaram que têm conhecimento das leis anticorrupção das leis anticorrupção brasileiras, em especial o Decreto-lei nº2848/40 ("Código Penal"), artigos 312 a 327, as Leis nº 9.613/98 ("Lei sobre os crimes de Lavagem de Dinheiro") e nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), bem como a Lei nº 8.429/92 ("Lei de Improbidade Administrativa"), obrigando-se a cumprir integralmente com seu dispositivos, mediante a abstenção de qualquer atividade que constitua ou possa construir uma violação às regras anticorrupção e as que dispõem sobre os atos de improbidade praticados por qualquer agente público.
 - 7.2 As Partes obrigam-se a conduzir suas práticas, durante a consecução do presente termo, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, reconhecendo que não devem receber qualquer benefício econômico ou obter vantagem, de forma direta ou indireta, nem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar, direta ou indiretamente, o pagamento de qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou

decisão, assegurar qualquer vantagem indevida ou direcionar negócios a quaisquer pessoas que violem as leis supracitadas.

8 Das normas relativas ao programa empresa amiga da criança.

8.1 As Partes declaram sua estrita observância à Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), especificamente ao artigo 3º, parágrafo 1º, e à Constituição Federal de 1988, especificamente ao artigo 7º, inciso XXXIII, e que proíbem o trabalho de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e de menores de 16 anos em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendizes, a partir de 14 anos.

9 Da responsabilidade social.

9.1 As Partes se comprometem a não empregar/permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal.

Este Termo de Compromisso não isenta o EMPREENDEDOR de seguir outras exigências e leis complementares de outros órgãos, bem como atender a possíveis exigências de outros órgãos da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e legislação em vigor.

E por estarem assim devidamente ajustadas e compromissadas, as partes firmam o presente Termo de Compromisso em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta seus efeitos jurídicos.

Ponta Grossa, 31 de março de 2022.



Celso Augusto Sant'Anna
 Diretor Executivo
 IPLAN



Geraldo Divonei Pedroso
 Empreendedor

Testemunhas:

Nome: Jow Goss
 CPF: 075 202 199 93

Nome:
 CPF:

Ass: 

Ass: _____